

ALFABETIZAÇÃO E LINGUAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO

Dilmar Rodrigues da Silva Júnior ¹

RESUMO

A educação infantil é uma das fases mais importantes para o desenvolvimento das crianças, pois é a partir daí que começam as descobertas e buscas por um aprendizado, onde as curiosidades aparecem e posterior as respostas para cada maneira de aprendizagem de cada criança. Considerando essa primeira etapa de educação básica, conforme Brasil (1996), empreendendo acerca do desenvolvimento da linguagem infantil, o presente artigo tem a seguinte questão-problema: como articular e mobilizar os usos e funções da linguagem das crianças na educação infantil considerando a sua dimensão sociocultural? Por objetivo específico para o estudo trazemos: analisar como acontecem as interações (usos e funções) que ajudam a desenvolver a linguagem durante toda a rotina de alfabetização na educação infantil. Nosso estudo se inscreve numa abordagem qualitativa, realizado a partir de levantamento bibliográfico. Os resultados mostram o caráter complexo e multifacetado da alfabetização na educação infantil, pois, o trabalho está voltado principalmente para o desenvolvimento da linguagem, e muitos professores, sentem grandes dificuldades em diversificar as possibilidades linguísticas, o que muitas vezes, torna um trabalho limitado.

Palavras-chave: Alfabetização, Educação Infantil, Linguagem.

INTRODUÇÃO

As instituições de educação infantil devem propor desde o início, a elaboração e ressignificação de atividades diversificadas que incentivem à criança, a mobilização da linguagem. A partir das interações com o ambiente, ela deve apropriar e aumentar o nível de conhecimento de educação. Considerando a possibilidade de além do ensino infantil ser algo novo na vida das crianças, surgem novas oportunidades de ensino/aprendizagem, assim professores e alunos poderão aproveitar esta ocasião para o desenvolvimento das quatro habilidades, que são: escrever, ler, falar e ouvir, possibilitando uma maior aproximação entre ambos.

O ensino realizado nas instituições de educação infantil é considerado uma necessidade para a rotina com crianças. Isso nos leva a refletir sobre a relevância da aprendizagem para nossos alunos, já que, atualmente é obrigatório está atento a todas as maneiras de ensinar,

¹ Graduado em Pedagogia pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Piauí- UFPI, dilmar.jrcxs93@outlook.com.

tornando o ensino uma necessidade na vida dos seres humanos e isso se faz desde a infância. Existem muitas questões sobre o ensino infantil, muitos acreditam que, nesta fase as crianças não aprendem, que é uma perda de tempo, mas é a partir disso que se observa o desenvolvimento intelectual e a comunicação.

Nesse sentido, considerando a dimensão do processo de alfabetização, como um processo pelo qual ele realiza não apenas a construção e mobilização do código da escrita, bem como o que se fala e escreve, considerando ainda a criança e o professor como sujeitos socioculturais, capazes de adquirir saberes e mobilizar sua língua em benefício próprio. A partir desta proposição, trazemos a seguinte questão-problema para o artigo: como articular e mobilizar os usos e funções da linguagem das crianças na educação infantil considerando a sua dimensão sociocultural?

As interações sociais são importantes, visto que a partir das situações, sinalizamos para o caráter didático do professor em desenvolver atividades diversificadas com visto ao conhecimento da criança como sujeitos socioculturais capazes de reconhecer suas raízes identitárias e a formação de atitudes e conceitos com base na sua realidade. Com base no exposto, elaboramos o seguinte objetivo para o artigo: analisar como acontecem as interações (usos e funções) que ajudam a desenvolver a linguagem durante toda a rotina.

Considerando as fundamentações teóricas acerca do ensino da língua a partir da primeira infância, na educação pré-escolar, o presente estudo se constitui de caráter essencialmente bibliográfico, realizado primeiro através de um planejamento cuja necessidade estava no direcionamento da produção escrita do artigo. Nesse sentido, como bases teórico-epistemológicas, realçamos: Goulart (2006), Lajolo (1982), Morais (2012), PCNs/Brasil (2001), Solé (1988), Teberosky e Colomer (2003), Tfouni (2010) entre outras bases que sustentam as discussões empreendidas ao contexto da alfabetização, os usos e as funções escolares e sociais de leitura e escrita, às quais propõem orientações imprescindíveis para rotina nas instituições de educação infantil.

Apesar de não ser um estudo desenvolvido por meio *in loco*, traz importante relevância social, uma vez que enquanto professores de educação infantil, somos incumbidos a constituir a alfabetização inicial como elemento-chave no que concerne às diversas interações estabelecidas na rotina, cuja importância está em contribuir na linguagem oral e escrita, considerando as crianças como sujeitos histórico-cultural.

METODOLOGIA

A metodologia deste artigo, está inserida na perspectiva qualitativa, afirmada a partir das proposições de André (1995, p. 17), considerando, pois, que a pesquisa desenvolvida no âmbito do contexto educacional deve considerar a dinâmica das relações sociais permeadas pelas interações expressas nas ações e vozes dos atores sociais, no espaço pesquisado.

Nossa pesquisa obedeceu os seguintes passos para a sua consolidação: planejamento sistemático: questão-problema, objetivo, título e compilação do material bibliográfico que comporiam o *corpus* do texto. Após a leitura e organização do arcabouço teórico, fizemos a escolha das categorias teóricas (seções de discussão do artigo) afim de separarmos a partir dos materiais estudados, autores e ideias que realçavam tais discussões.

REFERENCIAL TEÓRICO

A partir de agora, daremos início às discussões tecidas em torno da compreensão teórica-epistemológica que permeiam o contexto da alfabetização na educação infantil, voltado ao olhar dos usos e funções escolares e/ou sociais da linguagem, que consideram a criança como sujeito histórico-cultural.

Desenvolvendo a linguagem na educação infantil a partir das práticas de leitura e escrita

Durante a alfabetização, a criança tem a possibilidade de iniciar a sua construção linguística e aperfeiçoar seu nível de aprendizagem. Pode ser vista como uma forma pela qual os seres vivos se relacionam com o meio em que vivem, seja por meio da utilização e expressões corporais e/ou sons da fala com fins intencionais. Nesse sentido, as práticas de leitura e escrita constituem um conjunto de atividades que fazem parte do processo comunicativo entre o autor e o leitor, dessa forma o desenvolvimento da escrita está intimamente ligado à leitura. O papel da escrita desempenha diferentes funções na sociedade uma vez que através dela podemos dar opiniões, informar, nos comunicarmos, entre outros, pois vivemos em uma sociedade letrada, na qual viver a escrita faz parte do cotidiano, por isso a mesma não pode ser tratada como uma atividade puramente escolar.

A partir da leitura o aluno terá mais facilidade em seus aprendizados de determinados assuntos como também vai facilitar seu processo de escrita, pois a mesma faz com que o educando venha a ter um raciocínio claro sobre determinado assunto formulando argumentos e questionamentos. Já o processo de escrita, consiste na manifestação do que foi lido. Está na possibilidade de quem leu, imaginar, interpretar, raciocinar ideias que serão colocadas ao olhar



da comunidade do escrito e do leitor a sua volta. Partindo dessa premissa, questionamos: como promover a aprendizagem de leitura e escrita no processo de alfabetização de crianças?

Considerando a leitura como um elemento que se faz presente em nossa vida desde o momento em que começamos a ver e a compreender o mundo ao nosso redor, e ela se faz importante pelo simples fato de ser um instrumento essencial em nossa sociedade. Enquanto a escrita, é produto do ato de lê. Quanto maior o nível de leitura, maior a propriedade de manifestação escrita por meio de textos e o desempenho da oralidade. Acreditamos que as reflexões ao longo desta seção, tornam-se importantes, simplesmente pelo fato que as escolas atravessam uma série de desafios e possibilidades para o desenvolvimento de uma alfabetização que valorize os princípios individuais e/ou coletivos de crianças, famílias e as comunidades das quais pertencem.

Como todo fenômeno social tem uma motivação para o seu surgimento, evidenciamos os estudos desenvolvidos acerca da leitura e da escrita, mostrando que esses dois elementos estão em evidência desde o início das primeiras civilizações, e ganhado difusão a partir do homem primitivo, perpassando pela era antiga, Idade Média, até os tempos mais atuais. Com o passar dos anos, com as conjunturas sociais, as pessoas tomaram por base a adequação às práticas orais e de escrita, de modo a pertencer às demandas existentes nos espaços dos quais estamos inseridos.

A língua, é um artefato essencial que reafirma a dimensão existencial do ser humano, cuja possibilidade está em desenvolver relações com outros indivíduos, independente de seus berços culturais, idioma e etnias. É a partir da infância, que a criança manifesta a língua por meio de gestos e sons da fala. Para desenvolver um trabalho respaldado com os elementos pré-requisitos para o desenvolvimento da criança, é necessário que o professor leve em consideração aspectos cognitivos, coordenação motora, interações sociais e individuais até avança para o trabalho mais amplo e complexo acerca dos códigos de leitura e escrita. Nesse sentido, a criança está imersa aos diferentes contextos sociais participando e tendo contato com a diversidade de material escrito. Por essa razão, desde a educação infantil, a criança deve ser trabalhada procurando despertar nela o desejo e o prazer de ler e escrever de forma lúdica e prazerosa sem adiantar o processo de alfabetização.

Para adquirir uma leitura compreensiva, é preciso que a criança pequena, inicie a constituição disciplinar; reserve tempos e espaços adequados para a execução das atividades de leitura e escrita, mesmo diante da mediação do professor. Nesse sentido, entendemos que leitura requer uma tomada de consciência, que desperta o cunho filosófico da razão. Por meio da leitura também, o indivíduo pode explicitar a si próprio e às coisas ao seu redor. A leitura, portanto,

tem uma relação com o texto escrito, ou seja, a partir do momento em que o leitor produz o seu texto, ele induz a algo, uma interpretação real do que produziu. Por outro lado, encontramos leitores que não são tão proficientes na escrita, cujas necessidades de ampliar o repertório, requer maior ênfase ao processo de aquisição dessa competência.

Nesse sentido, convém destacar que ler não se reduz apenas a operações abstratas ligadas à mente e os processos intelectuais do indivíduo, mas ela passa a constituir um panorama diversificado na variação linguística da sociedade, buscando por meio dela, apropriar-se do conteúdo existente e assim, ressignificá-lo. As linguagens trazidas de casa pelas crianças servem como processo de adaptação a linguagem formal designada pelos padrões normativos da língua na trajetória de escolarização. Nesse sentido, transcendemos a ideia dos usos e funções da língua com base nas demandas efetivas dos espaços sociais cujas línguas precisam ser mobilizadas. É preciso dar ênfase a necessidade de uma prática de leitura desenvolvida pelos indivíduos na comunidade da qual está inserido. Retomando à discussão teórica do autor, quem adquire a leitura e mobiliza suas práticas no cotidiano, possui lugar social e privilegiado no meio pelo qual está inserido.

Conforme afirma Lajolo (1982, p.59) “[...] ler não é decifrar, como um jogo de adivinhações, o sentido de um texto. É, a partir do texto, ser capaz de atribuir-se significado [...]”. Conforme a autora, enfatizamos o papel amplo do ato de lê, consistindo num processo pelo qual o indivíduo vai além de decodificar os sinais da língua, mais também ele passa a ter compreensão acerca do que está escrito e relacionar com outros contextos da própria língua escrita, discriminada através de situações cotidianas, cuja competência linguística passa da insegurança ao que está escrito, como também ao uso racional dessa língua.

É preciso suscitar uma prática habitual de leitura, que manifeste a partir da própria vontade do indivíduo ou por motivação/ influência de terceiros. Adentrar ao universo da leitura, seja lá qual tipo de leitura, diz muito sobre o leitor. A partir da profundidade de informações, o leitor por si só é capaz de identificar elementos concisos e verídicos sobre o que lhes foi transmitido. Consideramos nesse sentido, que o ato de ler não está simplesmente em codificar, identificar, organizar e decodificar os sinais da língua, mais propor através de sua própria autonomia, a ressignificação e ampliação daquilo está escrito.

Na medida em que a leitura é praticada com frequência, podemos adquirir muitos aprendizados, aprender novas palavras, abre as portas da imaginação. A leitura tem grande impacto na vida das pessoas seja direta ou indiretamente, pois dependendo do que se lê do momento e da situação em que o indivíduo se encontra vai ser por meio dela que o mesmo vai conseguir se situar ou até mesmo trilhar caminhos para uma eventual mudança, seja ela pra sair

de uma situação complicada ou até mesmo para se conquistar algo. É importante sempre levar aos alunos uma leitura prazerosa porque além de chamar a atenção dos mesmos também estará contribuindo para que o educando venha a procurar leituras que seja de agrado para ele para que mais adiante ele tome gosto por outros tipos de leituras sejam elas informativas ou apenas para passar tempo.

Trazemos para essa discussão, Freire (1998, p.11) “a leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente [...]”. Para o autor, a compreensão de um texto só pode ser alcançada quando o próprio leitor possibilita relacionar o texto lido/produzido com o contexto pelo qual está inserido. A leitura é um artefato contribuinte para o indivíduo apreender e compreender as informações ao seu redor, tornando-os mais pensantes sobre as diversas situações inerentes ao mundo e à vida, sobretudo, porque por meio dela, as informações são veiculadas de forma linear. Através da leitura, somos capazes de suscitar ideias, tecer diálogos profundos e nos posicionar diante das diversidades sociais.

A leitura, é um processo de compreender o mundo a partir de identificação singulares do homem, cuja capacidade simbólica e de interação com as palavras medeiam o contexto social da língua. Assim, os Parâmetros Curriculares Nacionais-PCN (BRASIL, 2001, p.53) mostram “a leitura é um processo no qual o leitor realiza um trabalho ativo de construção do significado do texto, a partir de seus objetivos, do seu conhecimento sobre o assunto, sobre o autor e o contexto”. Nesse sentido, o ato de lê não está apenas no ato social entre quem ler e quem escreve o texto ao leitor, mas que coexistam interações necessárias para a manifestação social do que foi lido, isto é, aprendizagens. Por isso, fica entendido que a leitura não está apenas em pronunciar silenciosamente ou em voz alta o que está formando um texto, frase e outras informações, mais que vai muito além da decodificação mental e consciente do material. A leitura desperta os sentidos e a estrutura humana.

Os PCNs (2001, p.54) enfatizam o papel do leitor competente, cuja dimensão está na iniciativa própria para selecionar textos que podem ter relevância e evidência social, que atendam suas necessidades e às de outros ao seu redor. Por meio de sua autonomia, ele é capaz de selecionar estratégias de leitura adequadas para abordá-los de forma a atender essa necessidade. O leitor competente também pode ser considerado como um leitor qualificado, que interage com o texto, identifica elementos explícitos do texto, ler e compreende nas entrelinhas, extrai significados e elementos que não aparecem no texto, mas podem aparecer a partir da capacidade criadora do raciocínio do leitor.

A leitura, portanto, deve ser vista como um conjunto de elementos armazenados na memória dos indivíduos. A leitura é produto cultural da humanidade, e faz-se presente em todos os espaços humanos do cotidiano. Em algum momento, a leitura será exercida com princípios e fins comunicativos. Dependendo do grau de compreensão do que tem propriedade à informação por meio da leitura, o indivíduo tem propriedade de manifestar a linguagem oral para articular com outras pessoas ao seu redor.

No que concerne ao papel da escrita, Solé (1988) enfatiza que o seu papel é desempenhar diferentes funções na sociedade uma vez que através dela podemos dar opiniões, informar, nos comunicarmos, entre outros, pois vivemos em uma sociedade letrada, na qual viver a escrita faz parte do cotidiano, por isso a mesma não pode ser tratada como uma atividade puramente escolar. A escrita é uma grande preocupação para os pais e para os professores.

A escrita representa uma diversidade de situações vivenciadas pelos seres humanos, capazes de despertar em sua espécie a própria vontade de expressar. Partindo desta concepção, enfatizamos que “o principal objetivo da escrita é permitir a leitura, para que as pessoas possam realizar o ato de ler, possibilitando uma amplitude maior de conhecimento”. CAGLIARI (2007, p.17). Consideramos a escrita como uma habilidade que relaciona o conhecimento e compreensão do alfabeto por mais de identificação e dos nomes das letras, e entender que o nome delas tem um fonema que é representado na escrita. As crianças quando se inserem no ambiente escolar já contam seus conhecimentos prévios, sendo assim apenas alfabetizar não está sendo suficiente é preciso que as crianças além de decodificar as palavras saibam interpreta-las e compreendê-las, e um dos temas que vem sendo muito discutido ultimamente e em relação ao letramento que vai muito além de somente alfabetizar.

Segundo Tfouni (2010, p.11) a escrita é um elemento imprescindível do processo de alfabetização. Isso justifica-se que enquanto aprendizagem de habilidades para leitura, a escrita é tida como correspondência da prática de habilidade e manifestação dessa linguagem. A escrita no processo de alfabetização tem ganhado grande importância em todos os âmbitos das relações sociais e até mesmo na difusão de ideias e de informações, pois ela está presente diariamente em todos os lugares, dentro e principalmente fora da escola. A escrita, não pode se constituir por uma prática mecânica, pois de certa forma, por meio da escrita, relacionaremos as experiências de vida, além da formação do código, por meio de unidades menores até atingir com propriedade para avançar aos elementos maiores.

Numa acepção acerca do processo de construção da escrita, afirmamos os estudos de Teberosky e Colomer (2003, p.20) mostrando que “a escrita é desenvolvida gradativamente na criança. Isso se dá de acordo com o contexto cognitivo e psíquico ao qual a criança se encontra”.

Nesse sentido, a partir da leitura de cartazes, de etiquetas comerciais e de jornais tem a função de identificação e de informação, a leitura de instruções, tais como as receitas de cozinha, tem a função de orientar a ação da escrita, seja pela mediação do professor ou pela observação dos códigos nos mais diferentes espaços sociais.

Para Morais (2012) algumas pesquisas recentes têm destacado o papel das práticas sistemáticas e reflexivas de ensino do Sistema de Escrita Alfabética- SEA, como condição primordial da alfabetização das crianças e requisito para o domínio autônomo da leitura e produção de textos. O conhecimento do alfabeto orienta o aluno que não se pode escrever em qualquer lugar em uma palavra porque cada palavra representa formas diferentes. Na perspectiva da escrita, dada a sua importância, constitui um sistema de reprodução e interação do pensamento, a partir da infância. A escrita é um mecanismo de comunicação entre a imaginação: abstrato e as situações contextualizadas e diversificadas, delineada através de ideologias ou retratos da realidade. A escrita é manifestada a partir da intensidade da construção dos conceitos e aptidões do próprio leitor. A escrita, nesse sentido, constitui ato de codificar e decodificar os sinais da língua, os quais vão ganhando forma e ampliação ao longo da vida.

As crianças, tem ideia própria sobre o que escrevem e o que pensam, além disso, formulam hipóteses sobre o código da escrita, seja de forma mecânica ou da forma mais convencional. Se observarmos o processo de escrita, inicia-se a partir de rabiscos, garatujas, misturas de linhas retas e tortas, e por este princípio, ela mesma tenta interpretar o que escreveu. Sobre esse entendimento, Ferreiro e Teberosky (1999) mostram que a escrita se consolida a partir de estágios a serem percorridos na vida da criança: pré-silábica, silábica, silábica-alfabética e alfabética. Para elas, a escritas se manifesta ainda antes da criança entrar na escola. Em casa, por exemplo, se alguém lhe entregar um pedaço de papel e um lápis para a criança de 2 a 4 anos, elas estarão mentalmente internalizadas que serve para escrever. Essa escrita será manifestada da forma delas, através de garatujas (misturas de traços e formas).

Ao adentrarem na escola, para o processo de aquisição do sistema de escrita alfabético, a criança, na fase pré-escolar, inicialmente, levam essas garatujas, que devem ser valorizadas e remodeladas para o sistema formal inicial chamado: hipótese pré-silábica, que constitui a tentativa da criança representar uma grafia demonstrando que não chegou ainda a compreender a relação entre “o registro gráfico e o aspecto sonoro da fala”. Nesse sentido, há correspondência entre a forma de escrita (letra) com a expressão oral (recorte silábico dos nomes). As autoras, mostram que a hipótese de escrita pré-silábica “indica a existência de uma concepção de criança quanto ao caráter de representação realizado pela escrita, ainda distante da indicação do evento sonoro da língua falada” (FERREIRO; TEBEROSKY, 1999, p.35). As garatujas, neste

processo, revelam que as crianças explorem os rabiscos e a partir destes, os professores passam a explorar no interior da rotina. A etapa da hipótese pré-silábica, também revelam que o caráter do professor alfabetizador também mostra a necessidade de valorizar a forma de escrita daquele momento, incentivando a criança dois importantes elementos: a imaginação e à criatividade.

Após o aperfeiçoamento do nível pré-silábico de escrita, o aspecto sonoro da linguagem representa uma evolução no cenário da alfabetização, e a partir daí, as crianças atribuem letra ou marca escrita, registrando uma sílaba falada, assim, avança para o nível silábico, conceituada por Ferreiro e Teberosky (1999, p.36) por um momento pelo qual a criança “passa a conhecer o valor sonoro convencional das letras sem considerar o valor sonoro convencional ou a qualidade das suas grafias”. Essa etapa é comum no processo de alfabetização de crianças em idade pré-escolar de 4 e 5 anos de idade. O ideal, é que o professor aperfeiçoe a língua para que a criança organize o pensamento para identificar e escrever os fonemas, sílabas, palavras pequenas e frases curtas.

Quando a criança, avançou nos elementos da escrita descritos acima, ele atinge a etapa silábico-alfabética, quando ela já tem noção do alfabeto, constituiu a noção dos sons de letras e fonemas, e com isso, tem mais autonomia para escrever outras palavras, que desconhecia, porém, com a associação de imagens e sons da fala, consegue executá-la. Na hipótese silábico-alfabética, Ferreiro e Teberosky (1999, p.36) revelam que a criança demonstra segurança e uma escrita quase convencional. Nessa fase, a criança é considerada praticamente alfabetizada. No contexto da prática pedagógica alfabetizadora, na fase da hipótese de escrita silábico-alfabética, deve saber conhecer as fases da evolução pelas quais os alunos passaram, para que sejam necessárias intensificar o repertório cultural linguístico para a escrita, visto que os alunos já tem maior autonomia para expressar o que pensam, sentem, compreendem e conseguem escrever, podendo pedir ao professor, explicações sobre possíveis dúvidas.

Com o avanço da criança na fase silábico-alfabético, o professor amplia a variedade de atividades relacionadas às práticas de leitura e escrita com base no atual momento de aprendizagem da criança. Sendo assim, evidenciando a “aplicação” do sistema alfabético, à qual tem possibilitado uma série de benefícios por meio de algumas atividades voltadas para a apropriação do código de escrita, tais como atividades de familiarização com as letras, de construção de palavras estáveis, “[...] atividades com rimas e jogos fonológicos, de decomposição e composição de palavras, de comparação entre palavras (quanto ao número de sílabas, às letras utilizadas, etc.), de escrita de palavras e textos, de sistematização das correspondências grafo-fônicas, de reflexão durante a produção e leitura de textos”. (LOPES, 2006, p.45).



Após a materialização da fase silábica-alfabética, se dá a partir de quando a criança já se encontra nos anos iniciais do ensino fundamental. Nesta fase, a criança compreende os usos e funções sociais da leitura e da escrita, e com elas, se comunica livremente com outras pessoas. Nesta última fase do processo de aquisição da escrita, a criança “[...] conhece o valor sonoro de todas e quase todas as letras, compreende os fonemas e letras, bem como a sua ligação, procura adequar a escrita à fala, inicia a preocupação entre o que fala e escreve, faz leitura com ou sem imagem, produz textos de forma convencional. (FERREIRO; TEBEROSKY, 1999, p.37).

Quando o leitor toma posse do código escrito, ele polariza e multiplica em outras dimensões as atitudes linguísticas escritas e impõe na sua produção, regras e valores aos demais leitores. No então, devemos ler para ir além da apropriação, mas levar aprendizagens e outras contribuições nas práticas sociais. Temos visto que a leitura não está apenas no “sentar-se e abrir” um material de aquisição do conhecimento. No sentido amplo da prática, enquanto a leitura dá margem ao processo de conhecimento do sujeito sobre o mundo à sua volta; a escrita, possibilita o sujeito escrever a sua história, conectando com o próprio mundo à sua volta a partir do que ele produz.

Estudos desenvolvidos por Goulart (2006, p.52) revelam a necessidade de “entendermos a importância da escrita no sentido de participação crítica do indivíduo nas práticas sociais que envolvem a dimensão da própria escrita [...]”. Por meio da escrita, o indivíduo tem a possibilidade de dialogar com os conhecimentos da vida cotidiana e com a identidade da mesma pessoa que está produzindo. A leitura desperta a tomada de consciência do indivíduo para a manifestação crítica/pensante, de tal forma que ele saiba se posicionar na sociedade e contribuir com ela a partir do conhecimento adquirido.

A escrita não é um processo pelo qual às crianças também aprendem sozinhas. A partir dessa perspectiva, fica entendido que devemos levar em consideração as singularidades das crianças e os espaços nos quais elas vivem. Em virtude disso, podemos colocar os contextos de crianças residentes no campo e no meio urbano, cujos comportamentos, linguagens, costumes podem ser diferentes, o que requer do professor a possibilidade de adequação do seu trabalho de leitura e escrita sem deixar de valorizar o repertório que elas mesmas constituem.

As discussões tecidas através dos estudos apontados por Vygotsky (1993) mostram que “o ser humano um sujeito que constrói seu conhecimento em interação com o outro, com o objeto, com as linguagens e com a cultura [...]”. A partir daí, desenvolvemos a ideia de que a aprendizagem da língua escrita é um processo de construção e os sistemas simbólicos são socialmente construídos. É preciso valorizar a linguagem inicial adquirida nos espaços sociais partir da infância, pois ela vai sofrendo transformações à medida que o tempo passa; uma vez



que ela, enquanto sujeito de sua história, em sua condição cultural, passa identificar novas situações a serem articuladas e desenvolvidas no cotidiano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ler e escrever são elementos primordiais para o posicionamento do homem com os mais diferentes universos ao seu redor. Na realidade, o que temos ainda, são altos índices de alunos com baixa proficiência, mesmo com os diversos programas de alfabetização que temos em nosso país. Sinalizamos para uma condição desigual que está permeada com os contextos socioculturais dos povos. A partir das discussões tecidas neste artigo, compreendemos que a leitura promove o pensamento reflexivo e coerente, que provoque o pensamento e autorreflexão, tanto no âmbito escola, quando nos demais espaços da sociedade. A partir da leitura, o indivíduo ultrapassa suas concepções de leitura e também de escrita, não limitando apenas a codificação e decodificação dos sinais. A leitura, portanto, é o processo de interação com a escrita, interdependência viva entre os elementos do conhecimento de uma sociedade.

Ao entrar no universo escolar, a criança pertence a uma nova rotina e com isso, constrói um repertório significativo de compreensão do funcionamento da leitura e da escrita, a partir das inúmeras atividades desenvolvidas a partir da educação infantil. Contudo, são práticas decorrentes dos usos e funções orais exercidos nos diversos espaços dos quais participam. É preciso levar em consideração as experiências trazidas por elas, em seu cotidiano. A linguagem está estritamente vinculada aos modos individuais e/ou coletivos dos seres humanos. É a partir da infância, onde as crianças são capazes de manifestar suas variações linguísticas, a partir da mediação do professor.

Contudo, a leitura e a escrita, devem ser praticadas a partir da primeira infância, com as diversas atividades desenvolvidas durante a rotina. Não levando em consideração apenas o trabalho com a identificação do código de escrita alfabética, conforme vimos em Morais (2012) e Ferreira; Teberosky (1999) como centro do processo. É preciso considerarmos a importância de uso significativo dessas habilidades de leitura e escrita levando em prática os contextos/matrizes socioculturais da criança, haja vista, elas são sujeitos capazes de transformar a sua realidade e a do meio em que vive.

REFERÊNCIAS



ANDRÉ, M. **Etnografia da prática escolar**. São Paulo: Papirus, 2005.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB - Lei nº 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996 Brasília: MEC, 1996.

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa/ Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 2001 (revisado e atualizado)12.

CAGLIARI, L. C. **Elementos de Fonética do Português Brasileiro**. São Paulo: Paulistana, 2007

FERREIRO, E. TEBEROSKY, A. **Psicogênese da Língua Escrita**. Trad. Diana Myrian Lichtenstein et all. Ed. Artmed, Porto Alegre, 1999.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

GOULART, Cecília. **Letramento e modos de ser letrado: discutindo a base teórico-metodológica de um estudo**. Revista Brasileira de Educação, Universidade Federal Fluminense. v. 11 n. 33 set./dez. 2006.

LAJOLO, Marisa. **A formação da leitura no Brasil**. São Paulo: Ática, 1982.

LOPES, Luiz. Paulo. (Org.) **Por uma Linguística Aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006.

MORAIS, Artur Gomes. **Sistema de escrita alfabética**. São Paulo: Melhoramentos, 2012.

SOLÉ, I. **Estratégias de leitura**. Porto alegre: Artes médicas, 1998.

TEBEROSKY, Ana, COLOMER, Teresa. **Aprender a Ler e a Escrever: uma proposta construtivista**. Ed. Artmed. Porto Alegre. 2003.

TFOUNI, Leda Verdiani. **Letramento e Alfabetização**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 103.

VYGOTSKY, L. S. **Aprendizado e Desenvolvimento: um processo sócio-histórico**. São Paulo: Scipione, 1993.